

Transversalidade: Saúde e Agroecologia

Transversalities: Health and Agroecology

Cristiane Coradin¹, Mateus Caldeira Figueiredo², Ximena Moreno³, Marcos Trajano⁴, Cristiane Rosa Magalhães⁵

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP - Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5152-2966> - cristianemottimcoradin@gmail.com

² Estudante do bacharelado em Agroecologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Bananeiras, Paraíba, Brasil- Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5290-8956> - Email: mateusagroecologia@gmail.com

³ Pesquisadora colaboradora Fiocruz Brasília - Mestre em Gestão e Planejamento Ambiental pela Universidad de Chile – Brasília, Brasil – ORCID: orcid.org/0000-0001-7906-387X - xmorenosepulveda82@gmail.com

⁴ Médico de Família e Comunidade Secretaria de Estado de Saúde do DF - Especialista em Gestão da Clínica pelo Instituto Sírio Libanês – Brasília, Brasil - Orcid.org/0000-0002-0709-6063 - trajano.Bindu@gmail.com

⁵ Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Doutora em Neuroimunologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7231-3431> – cristiane.magalhaes@cefet-rj.br

Recebido em: 01 mar. 2023. Aceito em: 21 out. 2023

Resumo

A saúde é reconhecida como um direito universal e definida como uma condição de bem-estar físico, mental e social, a qual, para além da ausência de doença, implica em múltiplos fatores. Embora os modelos hegemônicos de atenção à saúde ainda estejam voltados a um paradigma biomédico, os determinantes sociais da saúde influenciam sobremaneira a vida das comunidades e dos ecossistemas. Além disso, desde uma perspectiva descolonizadora e complexa, as formas pelas quais os sujeitos, desde seus territórios de vida, subjetividades e experiências constroem saúde e atribuem sentidos a esta são múltiplos. O presente trabalho busca refletir sobre evidências de transversalidades que perpassam as relações entre os campos da saúde e da agroecologia, a despeito da aparente separação desses dois campos, para o senso comum, majoritariamente academicista e cartesiano. Foram elencados elementos comuns às duas áreas de estudo, como ponto de partida para o levantamento bibliográfico e discussão, com a qual se espera contribuir para a divulgação da agroecologia, enquanto ferramenta para a produção de saúde.

Palavras-chave: saúde, agroecologia, complexidade, decolonialidade.

Abstract

Health is recognized as a universal right and defined as a condition of physical, mental, and social well-being, which, in addition to the absence of disease, implies multiple factors. Although hegemonic health care models are still focused on a biomedical paradigm, the social determinants of health greatly influence the lives of communities and ecosystems. Furthermore, from a decolonizing and complex perspective, the ways in which subjects, from their life territories, subjectivities and experiences, construct health and attribute meanings to it are multiple. The present work seeks to reflect on evidence of transversalities that permeate the relationships between the fields of health and agroecology, despite the apparent separation of these two fields, according to common sense, mostly academic and Cartesian. Elements common to both areas of study were listed, as a starting point for the bibliographic survey and discussion, which is expected to contribute to the dissemination of agroecology, as a tool to produce health.

Keywords: health, agroecology, complexity, decoloniality.

INTRODUÇÃO

O atual contexto de Sindemia Global de Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas (Swinburn *et al.*, 2019) suscita uma compreensão complexa da saúde humana e ambiental. O que implica em identificar, reconhecer e abordar de forma articulada sistemas de produção, processamento, comercialização e de consumo alimentos. Em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a saúde foi

reconhecida como um direito universal, sendo nesse mesmo ano definida pela OMS como “[...] o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (Silva *et al.* 2019).

A abordagem proposta pela OMS possibilita uma visão de saúde que vai além do componente biológico da existência, perpassando questões sociais - históricas, culturais, mentais e econômicas. No Brasil, apenas em 1988, em um contexto de redemocratização e pressão sociopolítica, a saúde passou a constar na nova constituição como um direito da população e um dever do Estado (Brasil, 1988).

Nessa visão ampliada de saúde, a concepção dos determinantes sociais de saúde (DSS) foi se construindo sob influência de cada período histórico no mundo. Podemos entendê-los como características sociais dentro das quais a vida humana transcorre. Tais características sociais (condição de moradia, saneamento, transporte, trabalho e renda, alimentação, composição familiar, ambiente, etc.) em que a vida se reproduz são por vezes interdependentes, determinando o acesso ou bloqueio ao bem-estar físico e mental. A promoção da saúde, por meio de seus determinantes, se mostra complexa, pois extrapola o âmbito do setor saúde, e suscita políticas públicas intersetoriais (Buss *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a estruturação dos sistemas agroalimentares brasileiros exerce um papel central na promoção ou não da saúde humana e ambiental. O modelo hegemônico adotado desde a colonização(*plantations*), baseou-se na concentração de terras, em monocultivos e usos intensivos e degradantes da força de trabalho humana e dos bens naturais. Embora esse modelo tenha sido tensionado por resistências coletivas, se mantém e se recria até os dias atuais, apoiado em lógicas hierárquicas de classe social, gênero e raça. A reprodução desse modelo de produção agropecuária, altamente concentrado e verticalizado gera inúmeras desigualdades, conflitos e injustiças socioambientais (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

A partir dos anos 1950, com ênfase no processo de redemocratização ocorrido no final dos anos 1980, movimentos sociais do campo, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações não-governamentais, sujeitos subalternizados pela dominação desses

sistemas agroalimentares colonialistas, passaram a se organizar e buscar direitos ao acesso a garantia de melhores condições de vida no campo (Medeiros, 1997). Em 1990 esse processo é acrescido pela busca da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) da população brasileira, bem como pela construção de sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis baseados na agroecologia.

A Agroecologia, para a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia, 2015, p.01) se define “[...] como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões”.

Um sistema agroalimentar saudável e sustentável tem finalidades e princípios que visam a melhoria da qualidade de vida. Sua efetividade passa pelo acesso e permanência na terra, fortalecimento as famílias rurais, distribuição e comercialização mais justa, e a construção de processos de transformação social e ambientalmente adequados. Assim, alimentação e saúde se ligam à promoção da agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) (Giordani; Bezerra, Anjos, 2017).

Emma Siliprandi (2015), evidencia como, por meio de uma relação cultural e histórica ligada ao cuidado e à alimentação familiar, as mulheres rurais se constituíram como protagonistas da Agroecologia. A partir de seus quintais produtivos, elas defendem a segurança e a soberania alimentar, e atuam em redes de movimentos sociais, influenciando tanto na promoção da segurança alimentar, quanto na promoção da agroecologia. Garcia (2021) destaca que as mulheres “preservam predominantemente os saberes no que diz respeito à utilidade e a manipulação de plantas medicinais”. Essas reflexões de gênero contribuem para a visibilidade e valorização do universo do trabalho no meio rural, para as transformações das relações e promoção da autonomia.

No Brasil, as políticas públicas em prol da soberania e segurança alimentar e nutricional foram instituídas no início dos anos de 1990, ganhando força a partir dos anos 2000. Simultaneamente avanços ocorreram no apoio à agricultura familiar, à agroecologia e a

produção orgânica que resultaram no aumento da produção e do consumo de alimentos agroecológicos, seguros e mais saudáveis.

Apesar de tais avanços, a partir de 2016 observou-se o dismantelamento das políticas públicas de SSAN, de apoio à agricultura familiar, produção orgânica e agroecologia (Sabourin *et al.* 2020). Esse contexto foi agravado pela pandemia global de COVID 19 em 2020, e o país retornou para o mapa da fome global, com 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome, e mais da metade (58,7%) da população brasileira convivendo com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (PENSSAN, 2022). Esse cenário aponta para regressões que afetam especialmente grupos mais vulneráveis, tais como mulheres, crianças, negros(as) e indígenas.

Acrescenta-se a esse cenário a tripla carga de doenças (Infecciosas, crônicas, degenerativas e causas externas) e a transição epidemiológica (envelhecimento médio da população brasileira), as zoonoses, especialmente dengue, outras arboviroses e COVID-19; a alta prevalência de depressão e isolamento social, o alto custo e a baixa adesão e efetividade de intervenções em saúde (Swinburn *et al.*, 2019).

Esse processo é agravado pela ampliação de conflitos e injustiças socioambientais no campo, dados pela expansão do desmatamento na Amazônia, aumento da exploração mineral ilegal, aumento da violência no campo sobretudo sobre os territórios e povos originários, aumento da liberação de agrotóxicos, resultando na amplificação da poluição das águas e dos solos, e aumento da pressão para amplificação da fronteira agrícola e exploração mineral ilegal, sobre áreas protegidas e áreas sob a responsabilidade e pertencimento de povos originários, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

Tal cenário associa-se ao aumento de situações de secas, escassez hídrica, desregulações no regime das chuvas, aumentos das variações térmicas, perdas de biodiversidade, entre outras manifestações dos efeitos das mudanças climáticas no Brasil e no mundo. Esse cenário integra um quadro de crise civilizatória abrangente, que atinge desde os bens naturais, ecossistemas, agroecossistemas, territórios, as pessoas e

as relações sociais, atingindo de variadas formas a saúde humana e ambiental (Swinburn *et al.*, 2019).

O enfrentamento do atual cenário de crise civilizatória e sindemia global perpassa as discussões sobre as conexões entre Saúde e Agroecologia uma vez que o sistema agroalimentar atual é indutor de problemas socioambientais como a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas (Burigo e Porto, 2019).

O objetivo do presente estudo é analisar como se dão as transversalidades entre saúde e agroecologia, com o fito de compreender como ocorrem as dinâmicas, interações e retroações possíveis entre saúde e agroecologia, desde um olhar complexo e descolonizador.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em um estudo teórico reflexivo, sobre as transversalidades entre a saúde e a agroecologia. Foi realizada uma busca por trabalhos sobre o tema utilizando as bases de dados Scielo e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), sendo inseridas as palavras-chaves “saúde” e “agroecologia”, no título, com período de tempo aberto. Foram encontradas e selecionadas 12 publicações acadêmicas e um vídeo. Foram considerados os trabalhos completos e integralmente acessíveis. Realizou-se leitura dos trabalhos, sistematização de dados e análise das transversalidades entre a saúde e a agroecologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 12 trabalhos selecionados, 4 tematizam a exposição e uso de agrotóxicos e seus impactos à saúde humana; 5 traçam caminhos para problematizar aproximações entre os campos da saúde e agroecologia. Destes cinco, um deles o faz por meio da análise da percepção do campo da saúde coletiva acerca da agroecologia, outro pela análise das convergências entre saúde e agroecologia e outro pela problematização da importância da participação e intersetorialidade. Outro texto analisa a relação da agroecologia e

promoção da saúde, por meio da segurança e soberania alimentar; um vídeo analisa as experiências agroecológicas baseadas na produção de fitoterápicos, associadas às práticas de agricultoras familiares e à atenção primária à saúde; um último texto faz o relato de uma experiência de produção agroecológica em hortos agroflorestais e sua relação com a educação e promoção da saúde. Nos itens subsequentes analisaremos cada um desses trabalhos de acordo com o caráter da transversalidade que sinaliza.

Complexidade, descolonialidade e justiça ambiental

A teoria da complexidade, associada às perspectivas descoloniais e da justiça ambiental, nos oferecem ferramentas teóricas para entendermos de modo contextualizado e holístico a relação transversal entre saúde e agroecologia.

A colonialidade do poder se constitui como uma lógica de “[...] classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p. 117). Essa estrutura de dominação racializada foi incorporada à divisão social e internacional do trabalho capitalista na qual “[...] todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial” (Quijano, 2005, p 118).

Maria Lugones (2014), em crítica à Aníbal Quijano (2005), argumenta que a lógica de classificação social colonialista foi estruturalmente construída tanto pela categoria raça, quanto pela categoria sexo-gênero. Assim, ela introduz a categoria de gênero e sexualidade às lógicas de classificação racial e social colonialista. Para ela a interseccionalidade entre gênero, raça e colonialidade, se constitui como a matriz de referência para análise da colonialidade do poder, constituindo o que ela denomina como sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2008).

Visualizar e compreender essa intersecção demanda entender as práticas e as representações sociais constitutivas de identidades, subjetividades, materialidades que

produzem violências e desigualdades de sexo-gênero, operadas pelo processo colonizador, bem como os processos pelos quais esses sujeitos subvertem essa dominação e constroem resistências cotidianas e coletivas. Lugones (2014) argumenta que é no locus fraturado da colonialidade – tempo-espacos em que lógica colonialista não opera plenamente - que se pode avançar em processos de resistência cotidianos e coletivos. As resistências são entendidas como processos descolonizadores, que liberam de agência e subjetividade ativa, aquela capaz de reagir, resistir e emancipar-se de lógicas de classificação e de dominação do ser, saber e poder dos sujeitos.

Catherine Walsh (2009) contribui para a ampliação da compreensão do fenômeno da colonialidade ao introduzir o termo colonialidade da Natureza. A partir dessa autora, a natureza é compreendida com os bens naturais e as cosmogonias a ela associadas. A colonialidade da Natureza, segundo Catherine Walsh (2009), significa a dominação cosmogônica da natureza, por meio da qual ela se torna objeto passivo e passa a ser absorvida pela racionalidade moderna instrumental e mecanicista, erradicando consigo múltiplas formas de vivenciar e se relacionar com as naturezas não-humanas da Terra. Em contextos de ruralidades brasileiras contemporâneas, essa racionalidade instrumental se vincula a dominação de grandes empreendimentos nacionais e transnacionais, produtores de inúmeros conflitos e injustiças ambientais (Porto-Gonçalves, 2017; Porto, Pacheco, Leroy, 2013).

Essa perspectiva descolonizadora nos possibilita enxergar invisibilidades sistemáticas, reproduzidas por hierarquizações de classe, raça e gênero, que se atualizam e que persistem até os dias atuais. Essa dominação colonialista impede de reconhecer e valorizar experiências e conhecimentos de sujeitos e territórios que operam a partir de outras lógicas de produção da vida, que se enraízam para além da racionalidade biomédica, e para além das lógicas hegemônicas de produção e consumo agroalimentar.

O modelo Biomédico reproduz e reforça o que podemos considerar como colonialidade da saúde, na medida em que se constitui como um complexo médico industrial, baseado no alto consumo de insumos (Santos *et al.*, 2018), na visão da saúde como mercadoria, na medicalização da vida, na centralidade no profissional médico e na participação passiva do paciente. Em contraposição, a reforma sanitária brasileira propõe respostas

aos desafios da atenção pública à saúde, incluindo comunidades e coletivos como sujeitos das ações nos territórios (Luz e Barros, 2012).

É, portanto, no “*locus* fraturado” da colonialidade de gênero (Lugones, 2014), da natureza (Walsh, 2009) e da saúde, onde as vozes, as experiências e as solidariedades de sujeitos múltiplos, mulheres, negras, indígenas, camponesas, populações subalternizadas, dentre tantos outros ausentes, se constituem como resistências contra hegemônicas e resistem, como sujeitos, subjetividades, modos de ser e de viver mais igualitários e emancipados para além da dominação moderno-colonial.

O conhecimento cartesiano, eurocêntrico e colonizador, necessita ordenar os fenômenos, excluindo a desordem, a incerteza, selecionar os elementos que possibilitam dar ordem, certeza e precisão, classificar, distinguir e hierarquizar. Esse processo cognitivo cria a disrupção, a fragmentação e especialização, impedindo a inteligibilidade do complexo. Mesmo que tenhamos observado avanços nos últimos anos, ainda notamos essa cegueira na relação entre o campo da saúde e o campo da agroecologia, haja vista que identificamos que mesmo que ambos os campos do saber, apresentem pontos em comuns, continuam ambos cada qual em seus “espaços” científicos, dissociados.

Assim, a teoria da complexidade nos auxilia a reconstruir desconexões, fragmentações, e visibilizar emergências, a fim de aproximarmos de forma descolonizadora e complexa a relação entre agroecologia e saúde. Ela é o tecido dos acontecimentos, das interações, retroações, determinações e acasos que constituem o mundo fenomênico. É um sistema aberto e auto-organizado. Como sistema aberto, a inteligibilidade da complexidade é buscada não apenas dentro do sistema, mas também na sua relação com o meio ambiente. Essa relação é constitutiva do sistema. Às interações, retroações, que o sistema fará com outros sistemas interferem na sua auto-organização e vice-versa. Essa visão nos auxilia a compreender as múltiplas interações e retroalimentações que nutrem conexões entre saúde-ambiente-sociedade, por meio de experiências agroecológicas.

A complexidade dá voz aos sujeitos. O paradigma cartesiano dispensa o sujeito, entendido como perturbação e ruído. Já na perspectiva da complexidade, o sujeito

emerge a partir da auto-organização, onde a autonomia, individualidade, complexidade, incerteza e ambiguidade tornam-se caracteres próprios do objeto. A complexidade é um processo auto-organizado dialógico, que supõe o mundo e reconhece o sujeito (Morin, 2011). Ambos são recíprocos, inseparáveis e constitutivos um do outro:

O sujeito deve permanecer aberto, desprovido de um princípio de decidibilidade nele próprio; o objeto deve permanecer aberto, de um lado sobre o sujeito, de outro lado sobre seu meio ambiente, que, por sua vez, se abre necessariamente e continua a abrir-se para além dos limites de nosso entendimento (Morin, 2011, p. 43).

Assim, a complexidade possibilita enxergarmos o novo que emerge da relação entre campos do saber distintos, quais sejam, saúde e agroecologia. Entendemos que essa perspectiva se ajusta a uma visão intercultural da produção do conhecimento. Como contra hegemonia, a interculturalidade (Walsh, 2009) dá voz ativa aos sujeitos cultural e historicamente subalternizados pela dominação colonialista, fortalece a autoconfiança e a autodeterminação dos grupos sociais, apoia a construção ativa e conjunta da ciência. Propõem um repensar das ciências, que implica em novas formas de conhecer e de compreender as relações entre sociedade e natureza, capaz de superar a dicotomia entre sujeito-objeto, ciências naturais/ciências sociais, e entre humano-natureza, revalorizando os estudos humanísticos.

Acrescentamos, por fim, a importância do olhar da justiça ambiental, pois esta nos possibilita visibilizar a compreender os conflitos e injustiças socioambientais que permeiam os processos de saúde humana e ambiental, e as interações oriundas de conexões entre saúde e agroecologia. Os conflitos socioambientais são lutas de significações, uma forma de conflito social que “envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios” (Viegas, 2009, p. 146).

A justiça ambiental nos possibilita localizar tanto a perspectiva de saúde, quanto de agroecologia, na promoção da justiça social, econômica, política, cultural e ambiental. Ela faz a mediação e a reparação de conflitos e injustiças ambientais, reafirmando o direito de ser, poder e saber dos sujeitos sociais, territórios e entes não humanos, subalternizados pela lógica de expropriação, exploração e violência perpetrada pela

dominação moderna-colonial (Acsehrad, 2010). Apóia, desse modo, a construção de processos de transformação social de caráter humanista, descolonizador e emancipatório.

Em síntese, entendemos que a tríade complexidade, descolonialidade e justiça ambiental nos possibilita analisar os estudos aqui sistematizados, bem como elucidar emergências em transversalidades da relação entre o campo da agroecologia e o campo da saúde, de modo crítico, transformador e emancipatório.

Transversalidades agroalimentares: alimentação e agrotóxicos

O apoio à agroecologia, nas diferentes possibilidades em que ela se constitua, seja como sistema agroalimentar e/ou como relação ampla com a sociedade, ou mesmo outros sentidos que ela possa assumir, a partir da sua interação com outros campos, como por exemplo, o campo da saúde, deve ser considerada nas ações de promoção da saúde, exercidas pelo poder público, bem como na destinação de recursos à sua promoção junto à sociedade.

Por se caracterizar não apenas como sistema agroalimentar, mas também envolver as relações com a sociedade e os ambientes, a práxis agroecológica apresenta potencial em influenciar os determinantes sociais da saúde (DSS), no sentido de produzir um ambiente propício ao bem-estar físico e mental. E para além dessas duas dimensões, quando dialogamos com perspectivas descoloniais, consideramos a interculturalidade, e agregamos as subjetividades, identidades, culturas, visões de mundo, integrando também as cosmogonias dos distintos grupos sociais, como componente constitutivo da promoção da saúde e agroecologia.

Todos os trabalhos encontrados na revisão de literatura realizada trazem elementos de sistemas agroalimentares, apesar de nem todos terem esse foco. Esses estudos, cada qual dentro do seu tema de pesquisa (agrotóxicos e soberania e segurança alimentar), argumentam a importância da agroecologia na promoção da saúde por meio da construção de sistemas agroalimentares agroecológicos, mais saudáveis e sustentáveis.

O texto de Paula, Bezerra e Paula (2022) sobre “Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis” reforça essa argumentação. As autoras e autor referidos, tecem uma conexão entre saúde coletiva e agroecologia, por meio da construção de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, orientados pela noção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). A compreensão de SSAN demonstra-se incompatível às dinâmicas do atual sistema alimentar hegemônico, conduzido por estratégias de corporações transnacionais, centradas na acumulação de capital, na expansão dos mercados e no controle das cadeias de valor. Como contrapondo, propõem o fortalecimento das experiências agroecológicas, como premissa para a construção de sistemas agroalimentares mais saudáveis e sustentáveis, mais capazes de promover a saúde.

É importante aqui reconhecer a importância da agricultura familiar nesse processo. Como categoria sociopolítica nasce de processo sociopolítico pela busca de direitos (Medeiros, 1997), e contempla a diversidade e heterogeneidade constitutiva do campesinato brasileiro (Wanderley, 2009). Constituído na precariedade estrutural, esse modelo de agricultura produz diversidade produtiva, está voltado para o abastecimento familiar e comercialização, baseia-se na força de trabalho predominantemente familiar e na gestão familiar da unidade de produção. A agricultura e o viver no e do campo para essa categoria, além de um meio de vida, constitui um modo de vida, que produz identidade, territorialidade e subjetividade (Wanderley, 2009).

Os dados dos censos agropecuários realizados desde os anos de 1990 apontam que a agricultura familiar é a responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, sendo estratégica para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, representando hoje a principal responsável pelo volume da produção orgânica e agroecológica que abastece o mercado interno (IBGE, 2017).

Entretanto, a democratização desses alimentos para toda população brasileira ainda é um desafio a ser enfrentado, pois está acessível apenas para determinados perfis de consumidores, notadamente, com maiores rendas monetárias. Superar esse desafio passa pela conquista de políticas públicas de acesso e permanência na e da terra, assistência

técnica e extensão rural, políticas de crédito, financiamento, compras públicas, de apoio e fortalecimento das experiências agroecológicas rurais e urbanas, bem como pelo apoio e fortalecimento à construção de circuitos curtos agroalimentares.

Experiências de comunidades que sustentam a agricultura, educação e saúde (CSAES), como a que identificamos no estudo de Sepúlveda *et al.* (2022), constituem exemplos importantes de auto organização da sociedade e articulação com o poder público, e fortalecem a construção de circuitos curtos agroalimentares saudáveis e sustentáveis, apoiados não somente pela melhoria das condições de resiliência dos agroecossistemas, mas também pela capacidade de fornecimento de alimentos nutritivos e sem agrotóxicos à população, e por ser concebida sob uma lógica de valores não monetários, que estimula a convivialidade, a coletividade e a sustentabilidade ambiental.

Outro tema central da constituição dos sistemas agroalimentares, e que afeta diretamente a SAN e a saúde encontrado nos estudos selecionados, foi a temática dos agrotóxicos. O texto de Sarpa e Friedrich (2022) sobre “Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva”, reflete sobre a questão da alimentação a partir da exposição aos agrotóxicos. A pesquisa apresenta dados de investigações nacionais e internacionais sobre câncer, exposição aos agrotóxicos e substâncias potencialmente carcinogênicas, e discute o papel da alimentação saudável e da agroecologia, como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer. As autoras problematizam os riscos e agravos à saúde oriundos da exposição direta e indireta aos agrotóxicos, seja de trabalhadores(as) rurais e/ou consumidores de alimentos com resíduos agrotóxicos, e problematizam os riscos à saúde ambiental. Identificaram que “[...] os alimentos de origem vegetal apresentam compostos funcionais e nutricionais que têm importante papel na prevenção, inibição ou reversão de alguns tipos de câncer, como de boca, faringe, laringe, pulmão e colorretal” (Sarpa; Friedrich, 2022, p. 417). Além disso, evidenciaram que alguns agrotóxicos utilizados nos alimentos, atuam como “inibidores enzimáticos”, podendo diminuir a produção desses compostos funcionais, e ampliar o potencial carcinogênico. Portanto, as pesquisadoras sugerem incorporação da agroecologia como componente da Política Nacional de Promoção à Saúde.

O termo “agrotóxicos” foi encontrado no título de quatro das publicações, denotando preocupação com seu uso/consumo, e, sobretudo com a crescente liberação ao seu uso e comercialização. A não utilização desses produtos nas culturas é uma premissa da agricultura agroecológica, evidenciada em pesquisas associadas à saúde (Guerra e Ishikawa, 2013). Danos à saúde humana e ambiental relacionados à exposição direta ou indireta aos agrotóxicos são conhecidos e documentados nos sistemas públicos governamentais de informação, bem como na literatura científica. O estudo de revisão de Daufenback *et al.* (2022) intitulado “Agrotóxicos, desfechos em saúde e agroecologia no Brasil”, destaca que a transição agroecológica dos sistemas agroalimentares, apesar de ser uma possível solução para o crescente de agravos em saúde provocado pelo uso de agrotóxicos, recebe pouca atenção na literatura científica. Esse estudo também ressalta a necessidade das ações intersetoriais, em detrimento de ações isoladas no campo específico da saúde e da educação em saúde, denunciando uma “desconexão entre a maioria das pesquisas sistematizadas às reais necessidades dos sujeitos investigados, diante das suas condições de vida e saúde, além de apontamentos que se distanciam do entendimento da saúde como um processo social” (Daufenback *et al.*, 2022, p. 492).

O texto de Chaves, Rodrigues e Pimenta (2022), intitulado “Agroecologia e saúde coletiva na construção dos agrotóxicos como problema de saúde pública no Brasil”, sistematiza a análise do documento intitulado ‘Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde’, publicado primeira edição em 2012, segunda edição em 2015. Os autores argumentam que esse documento hibridizou os sentidos dos agrotóxicos, desnaturalizando seu caráter como “defensivo” e “fitossanitário”, apontando os riscos à saúde humana e ambiental, mediante sua exposição e uso. Esse dossiê se constituiu como um documento-manifesto, objeto da tematização dos agrotóxicos como um problema de saúde pública. Por meio desse documento, a “[...] Abrasco propõe ações concretas, viáveis e urgentes voltadas para o enfrentamento da questão do agrotóxico como um problema de saúde pública” (Chaves; Rodrigues; Pimenta, 2022, p. 368).

A problematização da questão dos agrotóxicos como questão de saúde pública é objeto de disputa, que se dá na contingência histórica, pois “[...] mesmo com a legitimidade da publicação nos coletivos da ciência, a afirmação categórica não indica consenso, muito menos uma agenda pública contundente em torno do combate ao uso dos agrotóxicos” (Chaves; Rodrigues; Pimenta 2022, p. 367). Permanecendo, portanto, como um campo em disputa.

Através desses estudos evidencia-se que a alimentação e os agrotóxicos são os elos principais que conectam a discussão entre saúde e agroecologia. A transformação saudável e sustentável dos sistemas agroalimentares implica na erradicação do uso dos agrotóxicos, e constitui categoria central da promoção da segurança alimentar da nossa população. Essa ação engloba a transformação dos sistemas agroalimentares desde a produção, beneficiamento, comercialização e consumo alimentar, e contribui na tematização da agroecologia como questão de saúde pública e objeto de política pública.

Esses estudos evidenciam a importância de abordarmos desde uma perspectiva descolonial e complexa, capaz de abranger de forma sistêmica e contextualizada no tempo, no espaço, com os sujeitos e suas culturas, as múltiplas formas pelas quais os ambientes, humanos e não humanos são impactados. Bem como nos possibilita entender como, através de sua resistência cotidiana e coletiva, os sujeitos se mobilizam para se defender, resistir e restituir a saúde de si mesmos, de seus coletivos comunitários, territórios e bens naturais, a partir da agroecologia.

Transversalidades sociopolíticas: participação social e intersetorialidade

Outra transversalidade que atravessa a relação entre agroecologia e saúde diz respeito à participação social e à intersetorialidade. Essa relação se expressa por meio de experiências de vigilância popular e participativa em saúde humana e ambiental, e abrange um conjunto complexo de estratégias participativas, dialógicas e democráticas, engajadas na ação sociopolítica que envolve a relação saúde e agroecologia.

O texto de Albuquerque *et al* (2022), intitulado “Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos: agroecologia e participação social” discutiu o papel da

intersectorialidade para a promoção da saúde. Como exemplo de ação intersectorial, foi relatado o cadastro dos aplicadores de agrotóxicos não alfabetizados e a proposta de inserir esses trabalhadores em cursos de alfabetização de jovens e adultos de base freiriana. Foram relatadas visitas domiciliares da equipe de saúde da atenção básica dos municípios, nas quais os aplicadores de agrotóxicos receberam a carteira do aplicador de agrotóxicos e foram orientados em relação aos danos à saúde e sintomas das intoxicações por agrotóxicos. Os autores ressaltaram a importância da participação popular ao longo do processo de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos (VSPEA), com o envolvimento de indivíduos e coletividades. Para os autores, a efetiva participação popular e a incorporação dos princípios agroecológicos possibilitam superar o modelo clínico biomédico de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos.

A participação social, em conjunto com a intersectorialidade, é discutida por Azevedo e Pelicioni (2011) em seu texto intitulado “Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial”. As autoras analisam os ideários da Agroecologia e da Promoção da Saúde, e percebem a aproximação desses campos científicos e de práticas, a partir de suas diretrizes comuns, que se situam no fomento à democracia, promoção da cidadania, empoderamento, autonomia e participação comunitária dos sujeitos sociais.

O ideário de Promoção da Saúde, compreendido como um novo paradigma da Saúde Pública, é percebido como um processo orientado por uma visão de saúde que considera as diversas causas do binômio saúde-doença, a partir de valores éticos de democratização, estímulo à participação popular, à equidade, às práticas intersectoriais e à promoção da sustentabilidade. A saúde é percebida como produto de um amplo espectro de fatores – ambiental, físico, social, político, econômico e cultural – relacionados com a qualidade de vida. Desse modo, a Promoção da Saúde trabalha com a ideia de “responsabilização múltipla”, seja pelos problemas, seja pelas soluções propostas para eles, combinando “ações do Estado (políticas públicas saudáveis); da comunidade (reforço da ação comunitária); de indivíduos (desenvolvimento de

habilidades pessoais); do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde); e de parcerias intersetoriais” (Buss, 2000, p. 165).

Ao estimular a participação social e a intersetorialidade coloca-se os sujeitos na centralidade da mediação da interação saúde-agroecologia. Como conhecimento que se faz junto (Morin, 2011; Walsh, 2009), essa perspectiva aposta na tessitura comum de resistências, baseadas na articulação complexa e descolonizadora da relação saúde-agroecologia. Onde conhecimentos empíricos, tradicionais e culturalmente situados são mediados com conhecimentos técnico-científicos, como o fito de potenciar a promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade nos níveis ambiental, social, político, cultural e econômico.

Azevedo e Pelicioni (2012), em outro texto intitulado “Agroecologia e promoção da saúde no Brasil”, analisam que, embora haja esforços, existe pouco diálogo entre os campos de estudo que foram considerados afins. Na pesquisa com atores chaves de ambos os campos - saúde -agroecologia, identificaram que a agroecologia aparece como um sistema de produção de alimentos saudáveis. Além disso, o estudo mostrou outras relações: agroecologia e empoderamento, fomento à autonomia e qualidade de vida e melhores condições socioeconômicas para o agricultor; agroecologia e saúde ambiental; agroecologia e participação social; agroecologia, territorialidade e valorização cultural; agroecologia, alimentos locais e baixo custo produtivo. Os especialistas mostraram-se favoráveis à inserção de conhecimentos da área da saúde pública na agroecologia e vice-versa. Reforçando assim a necessidade da aproximação entre esses campos do conhecimento, desde uma perspectiva complexa, descolonizadora, baseada em pressupostos participativos, dialógicos, interculturais e intersetoriais.

O texto de Burigo e Porto (2019), intitulado “Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia” avança nessa perspectiva. Esse estudo apresenta uma sistematização de periódicos, publicações, encontros, relatórios de Conferências Nacionais de Saúde e de políticas públicas, que abordaram diretamente a relação entre saúde e agroecologia. Ambas, saúde e agroecologia são entendidas tanto como campos de conhecimentos e práticas, quanto como comunidades epistêmicas articuladas a políticas e instituições. Os autores identificaram uma intensificação das aproximações e

diálogos entre saúde e agroecologia a partir da virada do milênio. Justificada por: avanço do campo agroecológico; complexificação da sociedade e a criação de fóruns e redes; consolidação de áreas temáticas dentro do campo da saúde coletiva; era do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal; a Campanha Contra Agrotóxicos; Encontro Nacional Diálogos e Convergências; e publicações e encontros nacionais e internacionais sobre saúde e agroecologia.

Entretanto, em diálogo com esse texto de Burigo e Porto (2019), os dados obtidos por Lorena Portela Soares *et al.* (2022) no texto intitulado “Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia” apontam os limites dessa aproximação. Esse estudo reforça o entendimento de que existe um movimento importante e crescente nas discussões sobre agroecologia dentro da saúde coletiva. Os resultados mostram tendências mais normativas/regulatórias da saúde coletiva, que tendem a se associar à vertente mais técnica da agroecologia; além disso, apontam para “[...] silenciamentos sobre legitimidade da origem ‘tradicional’/‘indígena’/‘popular’ e sobre o protagonismo das mulheres na construção do conhecimento agroecológico; e a importância histórica de movimentos populares na constituição desse campo científico” (Soares *et al.*, 2022, p. 01).

Dessa forma, em síntese, é importante reconhecermos os avanços obtidos, sobretudo a partir dos anos 2000 na aproximação entre os campos da saúde coletiva e agroecologia. Entretanto, é necessário ressaltar os limites dessa aproximação, e destacar a importância da construção de um olhar descolonizador complexo, dialógico-participativo, intercultural e interseccional (Vigoya, 2016), capaz de visibilizar e intervir nas heterogeneidades e desigualdades socioeconômicas, de sexo-gênero e de raça, constitutivas do processo saúde-doença humana e ambiental, com o cunho de fortalecer a autonomia, justiça ambiental, cidadania, democracia e emancipação social.

Transversalidades emergentes: etnoecologia, saber ambiental e hortos medicinais

A etnoecologia se coloca na construção das relações entre agroecologia e saúde, em diálogo com a descolonialidade e complexidade e em especial com a interculturalidade, para apoiar a valorização, visibilização e creditação de conhecimentos empíricos,

cultural e historicamente construídos pela vivência dos sujeitos na sua relação de existência com a da Natureza. Esse olhar fortalece nossa capacidade de compreensão da multiplicidade de formas pelas quais podem se dar conexões entre saúde e agroecologia.

Na etnoecologia, a cultura é vista como um fator que define o ambiente, pois ele é moldado, com significado (Durand, 2002). Toledo (1991), avança na interpretação da relação retroativa entre cultura-ambiente, e argumenta que as técnicas de produção dos camponeses, povos e comunidades tradicionais de Aby Ayala evidenciam uma racionalidade ecológica inerente a sua cultura, e que pode ser empregada para modificar os atuais estilos dominantes de produção agropecuária e florestal (Toledo, 1990a, 1990b). Nesse sentido, o trabalho etnoecológico consiste em decifrar o “corpus e práxis” do modo campesino de produção (Toledo, 1991).

O saber ambiental corrobora com uma abordagem reflexiva da etnoecologia, pois internaliza que ambiente e cultura se constroem mutuamente. O saber ambiental trata-se de um processo de reconstrução social através de uma transformação ambiental do conhecimento, onde se questionam os paradigmas das ciências, para internalizar um saber orientado pela construção de uma nova racionalidade socioambiental. Esse saber desborda da racionalidade científica e objetivista do conhecimento, e valoriza os conhecimentos tradicionais, na perspectiva do diálogo de saberes (Leff, 2014).

Por meio do levantamento de literatura realizado no presente estudo, encontramos o vídeo “Curta Agroecologia: a saúde está entre nós” (Carvalho, 2013), produzido pela FIOCRUZ e lançado em 2015, que mostra como experiências de quintais produtivos das mulheres do Sertão do Rio de Janeiro, constituem-se como espaços de produção agroalimentar diversificada, cultivo de plantas medicinais e cuidado em saúde. O documentário explica como, através da produção dos quintais as mulheres reconhecem e valorizam etnoconhecimentos ligados às plantas medicinais, ao parto e práticas tradicionais de cuidado “herdadas por seus ancestrais”, em associação com o conhecimento técnico científico, construído em conjunto com instituições parceiras, tal como a FIOCRUZ.

As mulheres e demais integrantes dessa iniciativa produzem chás, xaropes, xampus, pomadas, multimisturas fortificantes etc., produtos inicialmente destinados a atender às demandas da comunidade local, e mais recentemente, voltados também para a comercialização de fitoterápicos, por meio do chamado “Projeto Grão Mostarda”. Através dessa rede elas comercializam seus produtos naturais, constroem autonomia e divulgam formas e hábitos mais saudáveis e sustentáveis de vida. De acordo com uma das interlocutoras, o principal objetivo foi reconhecer o conhecimento sobre as plantas medicinais como um patrimônio imaterial (Carvalho, 2013).

Em diálogo com essa experiência, identificamos no levantamento bibliográfico a experiência dos hortos medicinais agroflorestais biodinâmicos (Trajano, Sepúlveda e Barros, 2021; Sepúlveda *et al.*, 2022; Moreno *et al.* 2023). Essa experiência trouxe novos olhares, temas e questões para refletirmos aproximações entre o campo da saúde e da agroecologia.

No âmbito da saúde pública, as práticas integrativas, em especial a fitoterapia, são associadas à atenção primária. Destaca-se a recomendação do Ministério da Saúde sobre os usos de práticas integrativas e complementares em saúde - por meio do instrumento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (Brasil, 2006a).

A partir de 2005 houve um intenso esforço nacional para a inserção da fitoterapia nas unidades de saúde do todo Brasil. Surgem assim duas importantes políticas públicas: a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), por meio da Portaria GM/MS nº 971 de 03 de maio de 2006, e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), a partir do Decreto 5.813 de 22 de junho de 2006 (Moreno *et al.* 2023).

Para implementação da PNPMF foram detalhadas ações no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Portaria Interministerial nº 2.960/2008. O programa tem o propósito de garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional; e apresenta, entre outros

objetivos, o de favorecer o uso das plantas medicinais e derivados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O programa também prevê a promoção e o reconhecimento das práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros; a promoção e a inclusão da agricultura familiar nas cadeias produtivas das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos; desenvolvimento de i) instrumentos de fomento à pesquisa, ii) de tecnologias e inovações em plantas medicinais e fitoterápicos nas diversas fases da cadeia produtiva, e também iii) de estratégias de comunicação, formação técnico-científica e capacitação no setor de plantas medicinais e fitoterápicos; e, ainda, promover o uso sustentável da biodiversidade (Brasil, 2006a; 2006b; 2006c).

Os hortos oficiais de espécies medicinais ou apenas hortos medicinais são espaços que visam promover o provimento do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos aos usuários do SUS nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Os hortos surgem como proposta de garantir a implementação das diretrizes das plantas medicinais e fitoterápicos da PNPIC. Os hortos fornecem matéria prima para o processamento e prescrição nas UBS e podem produzir mudas para plantio nos jardins e hortas da comunidade ao qual estão vinculados. Os hortos podem ser espaços formativos visto que também é o local no qual podem ser desenvolvidas ações de educação popular e educação permanente para profissionais da saúde e para a população.

Nessa linha, uma experiência de horto medicinal que tem ganhado destaque no cenário brasileiro são os Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos (HAMB's), emergentes a partir da Unidade Básica de Saúde N°1 do Lago Norte no DF (Trajano; Sepúlveda; Barros, 2021). Nessa unidade, o primeiro HAMB foi implantado em 2018 como estratégia de promoção da saúde no SUS, e como uma iniciativa capaz de fornecer matérias primas de origem vegetal para a produção de insumos farmacêuticos pelas farmácias vivas e para cidadãos que procuram por plantas medicinais de uso popular.

Os hortos também têm sido utilizados como espaços educativos, para desenvolver as práticas integrativas em saúde, ao se promover atividades interativas em mutirões;

espaço pedagógico para reconhecimento das plantas medicinais e plantas tóxicas; para discutir e divulgar as práticas agroecológicas; transformando-se em espaços verdes revitalizados das unidades de saúde, em que são promovidos importantes serviços ambientais, tais como a melhora do microclima, infiltração da água da chuva no terreno, manutenção e aumento da biodiversidade (flora e fauna) e da polinização, proteção do solo contra erosão, manutenção da fertilidade do solo, dentre outros (Moreno *et al.* 2023).

Essa experiência cria um ambiente de interação entre humanos e não-humanos, que aciona conhecimentos interdisciplinares da antropologia, sociologia, biologia, agronomia, medicina, entre outros. Esses conhecimentos científicos são colocados em diálogo entre si e com conhecimentos tradicionais e culturalmente acumulados pelos grupos sociais participantes, bem como com outras racionalidades médicas (Luz e Barros, 2012), potencializando o manejo e uso de plantas medicinais. Pela diversidade de conhecimentos que essa experiência possibilita, se constitui como ação socioeducativa informal complexa e dialógica, que se faz como processo de construção de cidadania e fortalece a divulgação da cultura da paz.

Em 2021 os HAMB's foram implantados em outras 3 unidades. Um dos HAMB foi implantado no Centro de Referência em Práticas Integrativas em Saúde (CERPIS), que é uma Unidade Básica de Práticas Integrativas e Promoção da Saúde (UBS PIS) e possui o Núcleo de Farmácia de Manipulação de Planaltina (NUFAR) – Farmácia Viva do CERPIS, que foi oficializada pela Lei nº 2.400 do Governo do Distrito Federal no ano de 1999, mas que desde 1983, realiza os plantios ao lado do Hospital Regional de Planaltina. Outro horto foi estabelecido no Núcleo de Farmácia Viva, no Riacho Fundo I – DF, criada em 2013. Uma quarta área foi implantada na Casa de parto de São Sebastião, criada em 2001, a qual assiste e conduz o parto normal, com o foco na parturiente e na criança, seguindo a linha de cuidados propostos pela Rede Cegonha (Moreno *et al.* 2023).

No ano de 2023, produto do curso de aperfeiçoamento em HAMB, uma parceria entre a SES/DF e a FIOCRUZ Brasília, foram implantados, novos hortos na UBS 1 de Itapoã, na UBS 1 da Asa Sul, na UBS 10 de Santa Maria, na Sede da Subsecretaria de

Vigilância à Saúde (SVS) e na UBS 6 da Samambaia. Até o final do ano serão implantados outros HAMB's na UBS 3 Santa Maria, na UBS 8 Ceilândia, Direção de Vigilância Ambiental em Saúde (DIVAL) e na Escola Classe 316 norte, Escola Classe Beija Flor.

Esses hortos constituem uma rede de 13 HAMB's, responsável por estudar os processos de cultivo, com o objetivo de obter a certificação biodinâmica, a partir de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), apoiado pela Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD), e articular os processos de apoio e comunicação entre os Servidores da SESDF responsáveis por cada Horto.

Os Sistemas agroflorestais (SAF) são sistemas de uso do solo em que as espécies vegetais perenes lenhosas (árvores, arbustos) são consorciadas no tempo e no espaço com espécies agrícolas e/ou animais, a fim de otimizar os efeitos benéficos das interações entre os componentes arbóreos, agrícolas e animais (Miccolis *et al.*, 2016). Diferentemente de uma ciência colonialista invasiva e fragmentada, que corta, reduz, separa antes de compreender, aqui o sujeito é ativo na construção do saber, ao permitir “em si mesmo uma abertura para que o fenômeno se expresse nele conforme sua própria inerência [...] Neste sentido a metodologia é dialógica. A percepção de sujeito é qualificada na intensificação e no intercâmbio com a natureza, não no seu domínio” (Bach, 2019, p. 49).

As vivências do HAMB constituem em si os resultados mais importantes. Essa proposta metodológica aprofunda novos conceitos de relações de cooperação entre indivíduos que compartilham um espaço e tempo. Na agrofloresta sucessional, a cooperação é a base para o sistema prosperar como um todo. Cada planta realiza sua função, se desenvolve de acordo com sua programação genética, e em um determinado tempo e espaço, e apresenta necessidades ecofisiológicas em seu ciclo de vida (Moreno *et al.*, 2022). Observações realizadas a partir do desenvolvimento de um sistema agroflorestal sucessional, permitem certa possibilidade de exploração das individualidades humanas, já que podem cooperar entre si para uma sociedade mais acolhedora e fraterna (Moreno *et al.* 2022).

Por meio do diálogo de saberes e de uma práxis etnoecológica humanista e decolonizadora (Leff, 2014; Walsh, 2009; Bach, 2019), essas ações melhoram a convivialidade entre as pessoas, transformam sua forma de se relacionar consigo mesmas(os) e a Natureza. Rompem com visões de saúde setORIZADAS e fragmentadas, estimulam a construção de uma visão holística de saúde, e constroem relações de inter-relação entre os humanos e a Natureza, contribuindo assim com a construção de uma racionalidade ambiental. Isso possibilita a redução de impactos de violações múltiplas de direitos, promovem e ampliam a resiliência humana e ambiental e promovem a saúde dos participantes e dos ambientes.

Dessa forma, entendemos que as várias experiências descritas acima, seja dos quintais produtivos das mulheres ou dos hortos medicinais agrofloretais biodinâmicos na atenção primária nos possibilitam reconhecer e potencializar transversalidades emergentes, que trazem consigo a etnoecologia, a interculturalidade e o saber ambiental, associados ao cultivo de hortos medicinais, como uma transversalidade emergente da relação saúde e agroecologia. Essas experiências evidenciam aspectos até então pouco explorados em estudos sobre saúde e agroecologia, complexificando, ampliando e enriquecendo as conexões e transversalidades entre saúde e agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo identificamos uma ampla gama de fatores que vinculam agroecologia à saúde. O primeiro, foi a relação entre os sistemas agroalimentares, segurança alimentar e nutricional, alimentação e agrotóxicos. Nessa relação identificamos a necessidade do aprofundamento e ampliação de estudos sobre os impactos sistêmicos da contaminação dos agrotóxicos, tanto no corpo humano, quanto em agroecossistemas e ecossistemas naturais.

Outra transversalidade identificada foi o caráter intersetorial, participativo-dialógico e democrático que a aproximação entre o campo da Saúde e da Agroecologia incita. A participação social precisa romper com lógicas setORIZADAS e biomédicas de agenciamento sociopolítico e institucional, bem como abrir-se para construções

participativas dialógico-participativas, interculturais e descolonizadoras, a fim de creditar experiências, vozes e conhecimentos acumulados pelos sujeitos, cultural e historicamente invisibilizados e subalternizados pela lógica biomédica, em especial de mulheres camponesas agricultoras, raizeiras, benzedeadas, população indígena e preta, assumindo um olhar interseccional.

Encontramos ainda uma última transversalidade, denominada emergente, baseada na experiência dos hortos medicinais. Essa transversalidade apoia-se na etnoecologia, no saber ambiental e na interculturalidade, e favorece a construção do saber complexo, humanista e descolonizador. Internaliza múltiplas cosmovisões, tais como as apontadas pelas mulheres bem como da antroposofia, complexificando a construção de conhecimento acerca do cultivo e usos de plantas medicinais. Essas experiências evidenciam a importância dos hortos na construção da autonomia e emancipação dos sujeitos, que se dá por meio da convivialidade e valorização dos sujeitos, mediada pelo cultivo, usos e comercialização de plantas medicinais.

Uma possível limitação desse estudo foi a ausência de pesquisas sobre práticas ancestrais e tradicionais de benzimento, curandeirismo, xamanismo, dentre outros, que constituem racionalidades médicas em si e que também podem fortalecer conexões na promoção da saúde humana e ambiental a partir da agroecologia. Ressaltamos a importância dessas medicinas ancestrais e destacamos a relevância de estudos futuros. Além disso, ressaltamos a ausência de estudos que se utilizem outras racionalidades médicas que também possam apoiar essa tecitura de conexões na promoção da saúde ambiental e humana, tais como homeopatia, medicina tradicional chinesa, ayurveda, entre outras racionalidades médicas e práticas integrativas e complementares em saúde.

Mediante tais resultados, propomos a ampliação de investimentos em pesquisas, na busca por mais evidências que relacionem a promoção da saúde com a agroecologia. E por fim, enfatizamos a necessidade da construção de políticas públicas intersetoriais, dialógicas e interculturais, capazes de fortalecer experiências e impulsionar conexões entre saúde e agroecologia.

Copyright (©) 2023 - Cristiane Coradin, Mateus Caldeira Figueiredo, Ximena Moreno, Marcos Trajano, Cristiane Rosa Magalhães

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Mediação e negociação de conflitos socioambientais. In: ENCONTRO TEMÁTICO DA 4ª CÂMARA DA COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 9, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília, 2010. p. 116.
- ALBUQUERQUE, Pedro C.C. *et al.* Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos: agroecologia e participação social. **Saúde em Debate** v.46, n. Especial 2, p. 527-541, 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA - ABA. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia** – Aba-Agroecologia. 2015. Disponível em: https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto_ABA_2015.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2023.
- AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria C.F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde Sociedade**. v.20, n.3, p. 715-729, 2011.
- AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria C.F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Revista Panamericana Salud Publica**, v.31, n.4, p. 290-295, 2012.
- BURIGO, André C.; PORTO, Marcelo F.S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a Agroecologia. **Saúde Debate**. v.43, N. Especial 8, p.248-262, 2019.
- BACH, Jonas. **Fenomenologia do Goethe e educação**: a filosofia de educação de Steiner. Curitiba: Editora Antroposófica, 2019.232p.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: MS, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: MS, 2006c.
- BUSS, Paulo M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & saúde coletiva**. v 5, n. 1, p.163-177, 2000.
- BUSS, Paulo M. *et al.* Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 12, p.4723-4735, 2020.
- CARVALHO, Tiago. A saúde está entre nós: **Projeto Curta Agroecologia**. FIOCRUZ, 2013. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/saude-esta-entre-nos-audiodescricao>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.
- CHAVES, Bráulio S.; RODRIGUES, Lucas A.D.; PIMENTA, Denise N. Agroecologia e saúde coletiva na construção dos agrotóxicos como problema de saúde pública no Brasil. **Saúde em Debate**. v.46, N. Especial 2, p. 363-376, 2022.
- DAUFENBACK, Vanessa. *et al.* Agrotóxicos, desfechos em saúde e agroecologia no Brasil: uma revisão de escopo. **Saúde Debate**. n. 46, p.482-500, 2022.

DISTRITO FEDERAL. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 73, 17 de abril de 2020. Seção II, p.11-12. **Deliberação nº 03**, de 30 de março de 2020.

DURAND, Leticia. 2002. La relación ambiente-cultura en la antropología: recuento y perspectivas. **Nueva antropología**. v. XVIII, n. 61, p. 169 – 184, 2002.

GARCIA, Rafaela M. Plantas medicinais na história: reflexões sobre a contribuição feminina. **Cadernos de Agroecologia**. Diálogos, convergência e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, v. 16, n. 1, p.01-13, 2021.

GIORDANI, Rubia, C.F; BEZERRA, Islandia; DOS ANJOS, Monica, C. R. Semeando agroecologia e colhendo nutrição: Rumo ao bem e bom Comer. In: SAMBUICHI, Regina. H. R.O.; *et al.* (Orgs.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento** rural sustentável. Brasília: Ipea,2017. p. 433-454.

GUERRA, Gilberto C. M.; ICHIKAWA, Elisa Y. As Representações Sociais da Agroecologia para a Agricultura Familiar a Visão de Pesquisadores, Extensionistas e Produtores Rurais. **Desenvolvimento em questão**, v. 11, n. 23, p.40-73, 2013.

IBGE. Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <http://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

LEFF, Enrique. **La Apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales em los territorios del sur**. São Paulo: Editora Vozes. 2014. p.523.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. No.9, p.73-101, 2008.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. v. 22, n.3, p 935-952, 2014.

LUZ, Madel T.; BARROS, Nelson F. **Racionalidades Médicas e Práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos**. Rio de Janeiro: Cepesc / Ims / Uerj / Abrasco, 2012. p.453.

MEDEIROS, Leonilde S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**. v. 11, n.2, p. 65-72, 1997.

MICCOLIS, Andrew; *et.al.* **Restauração com Sistemas Agroflorestais**. Brasília: Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal, 2016, 266p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. São Paulo: Editora Sulina, 2011. 120p.

MORENO, Ximena.; *et. al.* Chácara Bindu, uma experiência de agroecologia, conservação produtiva, educação e saúde. **Saúde em Debate**.v.46, N. Especial 2, p. 518-526, 2022.

MORENO, Ximena, *et. al.* **Experiência educacional**: Observação ativa de um vaso agroflorestal como processo de metamorfose individual para transformação social na construção de uma sociedade fraterna. In: Pesquisa sus: Coletânea de Trabalhos e Experiências da Mostra da Escola de Governo Fiocruz-Brasília. Anais Brasília (DF) Fiocruz, 2022. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/mostraescolafiocruzbsb>. Acesso em: 15/02/2023.

MORENO, Ximena, *et. al.* Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos (HAMB) para a produção de insumos farmacêuticos ativos vegetais (IFAV) na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 1, p. 101-111, 2023.

PAULA, Natália F. de; BEZERRA, Islandia. PAULA, Nilson M. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**.v.46, N. Especial 2, p. 262-276, 2022.

PENSSAN. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tane; LEROY, Jean P. (Orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. 306p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 462p.

- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina :CLASCSO, p. 117-143, 2005.
- SARPA, Márcia.; FRIEDRICH, Karen. Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva: o papel da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer. **Saúde em Debate**. v. 46, n. Especial 2, p.407-425, 2022.
- SABOURIN, Eric; *et.al.* Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cahiers Agricultures**. v. 29, n 31, p. 31-38, 2020.
- SANTOS, Débora de S.; MISHIMA, Silvana M.; MERHY, Emerson E. Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: potencialidades da subjetividade do cuidado para reconfiguração do modelo de atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23. N. 3, p. 861-870, 2018.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015. 352p.
- SILVA, Marcelo J.S e, SCHRAIBER, Lilian. B.; MOTA, André. O conceito de saúde na Saúde Coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, p.01-19, 2019.
- SOARES, Lorena P.; OLIVEIRA, Rosely M.; MORAES, Danielle R. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro. v. 46, n. Especial 2, p.133-148, 2022.
- SWINBURN, Boyd A. *et al.* **A Sindemia Global da Obesidade, da Desnutrição e das Mudanças Climáticas**: relatório da Comissão The LANCET. Organização e tradução do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. São Paulo: Alimentando Políticas, 2019. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/sindemiaglobal/>. Acesso em 31 jan 2023.
- TOLEDO, Víctor M. “The ecological rationality of peasant production”. In: ALTIERI, Miguel; HECHT, Susanna B. **Agroecology and small-farm development**. EEUU. p. 51-58, 1990a.
- TOLEDO, Víctor M. Ecologia e indianidad. **México indígena**, n.13, México, p. 16-22, 1990b.
- TOLEDO, Victor M. **El juego de la supervivencia. Un manual para la investigación etnoecológica em Latinoamérica**, Berkeley, Consorcio Latinoamericano sobre Agroecología y Desarrollo. 1991. 75p.
- TRAJANO, Marcos; SEPÚLVEDA, Ximena. S.M.; BARROS, Nelson. Hortos agroflorestais medicinais biodinâmicos (HAMB) na promoção da saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 12., 2021, Piracicaba. **Anais Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais**, 2021.
- VIÉGAS, Rodrigo N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, 2009.
- VIGOYA, Mara. V. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate feminista**. n. 52, p. 01-17, 2016.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera M; (ORG.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7letras, p.12-42, 2009.
- WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009, 328p.